



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>
_(79) 3209-8694_selic@tre-se.jus.br

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

PROCESSO 0005003-79.2026.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que as(os) licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

| |
|--|
| CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO |
| CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES) |
| CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA |
| CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO |
| CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA) |
| CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 |
| CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO |
| CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) |
| CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO |
| CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL |
| CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO |
| CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório) |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS |

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica às(aos) interessadas(os) que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(seu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designadas(os) pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, pela Resolução CNJ 347/2020, pela Resolução TSE 23.702/2022, pela Resolução TRE/SE 120/2015, pela IN SEGES 5/2017, pela IN SEGES 73/2022, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES) (Lei Complementar 123/2006)

Dia: 20/07/2026.

Horário: 9h (horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: www.gov.br/compras (Portal Compras.gov.br).

Código UASG: 070012.

Valor de Referência: **R\$ 918.800,00** (total estimado para o grupo - vide tabela do item 1.2).

Vigência da contratação: 60 (sessenta) meses.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO (LOTE).

Modo de Disputa: ABERTO.

Programa(s) de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0028 / Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 167686.

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes.

Data-limite para esclarecimento e impugnação: 15/07/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação dos serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento do sistema de alarme, manutenção (preventiva e corretiva), desinstalação e reinstalação dos sistemas de alarme e dos sistemas de segurança e vigilância eletrônica (CFTV - circuito fechado de televisão)**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em 01 (um) grupo (lote) composto por 09 (nove) itens, conforme a tabela a seguir:

| GRUPO | ITEM | CÓDIGO SIASG (catmat ou catser) | ESPECIFICAÇÃO | DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR DE REFERÊNCIA DO ITEM |
|-------|------|---------------------------------|--|---|---------|------------|-----------------------------|
| 1 | 1 | 01482-6 | INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / MONITORIZAÇÃO - SISTEMA ALARME / SEGURANÇA | Serviço de monitoramento eletrônico dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Aracaju/SE; | MENSAL | 60 | R\$ 113.400,00 |

| | | | | | | |
|--|---|--|--|----|-----|----------------|
| | | | b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 21 locais. | | | |
| | 2 | | Serviço de manutenção preventiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almoxarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 720 | R\$ 186.000,00 |
| | 3 | | Serviço de manutenção corretiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almoxarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 480 | R\$ 148.000,00 |
| | 4 | | Serviço de desinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 20 | R\$ 12.400,00 |
| | 5 | | Serviço de reinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 20 | R\$ 65.000,00 |
| | 6 | | Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha. Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 400 | R\$ 106.000,00 |
| | 7 | | Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha. Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 400 | R\$ 126.000,00 |
| | 8 | | Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais: a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos]. b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos]. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 180 | R\$ 72.000,00 |
| | 9 | | Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais: a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos]. b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos]. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) Contratada(o). | UN | 180 | R\$ 90.000,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO (LOTE) | | | | | | R\$ 918.800,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)

2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)

2.1.1 Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(seu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(seu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros pessoas.

2.1.3 As(Os) licitantes ou suas(seus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

- 2.1.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.
- 2.1.5 É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.1.5.1 A não observância do disposto no item 2.1.5 poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.
- 2.1.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (quando admitida a sua participação) mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015.
- 2.1.7 Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/manuais/>).
- 2.2 Das Declarações
- 2.2.1 No ato de registro da proposta, a(o) licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:
- a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.
- d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.
- e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada(o) da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- h) Observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumpro o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- j) Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar [no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos].
- j.1) Na hipótese de a licitação ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o seu prosseguimento no certame.
- k) Declaro que desenvolvo programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.
- 2.2.2 Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.
- 2.2.3 Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta, de fazer jus a benefício, ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.
- 2.2.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).
- 2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 2.3.1 A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), de acordo com a ordem de classificação da(o) (s) licitante(s), por meio de consulta aos seguintes cadastros:
- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSanccionado&direcao=asc>).
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3.4.6::>).
- 2.3.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item 2.3.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(seu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(o) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).
- 2.3.2 Caso conste da Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 2.3.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 2.3.4 A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.
- 2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:
- 2.4.1 Empresas cujos estatutos ou Contratos Sociais não incluam o objeto deste Pregão.
- 2.4.2 Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s).
- 2.4.3 Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 2.4.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.
- 2.4.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 2.4.5.1 O impedimento de que trata o item 2.4.5 será também aplicado à(o) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.
- 2.4.6 Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
- 2.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras(es) a condições análogas às de escrava(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.9 Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante.
- 2.4.9.1 A vedação de que trata o item 2.4.9 estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.4.11 Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.4.12 Sociedades cooperativas, conforme explicitado no Termo de Referência anexado ao Ato Convocatório.
- 2.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.3 e 2.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.6 Equiparam-se às(aos) autoras(es) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.7 O disposto nos itens 2.4.3 e 2.4.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) CONTRATADA(O) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA

- 3.1 Caso julgue necessário para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria dos equipamentos e/ou visita técnica no(s) local(ais) correspondente(s) à prestação do serviço, acompanhada(o) por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, mediante agendamento prévio no Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais (NIS) por meio do telefone (79) 3209-8762 e/ou do endereço de e- mail nis@tre-se.jus.br, e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à sua execução.
- 3.2 Para a visita/vistoria, a(o) representante legal da(o) licitante ou a(o) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o) e apresentar-se munida(o) de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.
- 3.3 O prazo para visita/vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública ([Acórdão TCU 906/2012 - Plenário](#)).
- 3.4 A visita/vistoria deverá ocorrer individualmente com cada uma(um) das(os) licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.
- 3.5 A(O) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 3.6 A não realização da vistoria/visita não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos equipamentos e das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes, devendo a(o) licitante vencedora(vencedor) assumir o ônus dos serviços decorrentes ([Acórdão TCU 110/2012 - Plenário](#)).

CLÁUSULA QUARTA

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A(O) licitante deverá registrar proposta em conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **03 de JULHO de 2026**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**20 de JULHO de 2026**), em campo específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.1.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.1.2 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório.

4.1.3 As(Os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.3.1 É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.

4.1.3.1.1 O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.1.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, da LC nº 123/2006.

4.1.4.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, artigo 4º, § 2º, inciso I), prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.4.1.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

4.2 A proposta deverá contemplar/observar:

4.2.1 Preços, em moeda corrente nacional, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este Instrumento e inclusos os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

4.2.1.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da(s) Planilha(s) de Preços, conforme modelo(s) disponibilizado(s) à(ao) licitante.

4.2.2 Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.

4.2.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar/detalhada constante dos anexos a este Instrumento.

4.2.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar/detalhada.

4.2.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar/detalhada.

4.2.3 Abrangência de todos os itens do grupo (lote).

4.3 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

4.4 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.

4.5 A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.

4.5.1 Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

CLÁUSULA QUINTA

DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

5.1 A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.

5.1.1 A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

5.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos de cada item do grupo (lote).

5.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2.1 O modo de disputa será aberto e os lances serão ofertados pelo valor de cada item do grupo (lote), considerando-se todo o período de vigência: 60 (sessenta) meses.

5.2.2 A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

5.2.3 A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.

5.2.5 A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.

5.3 Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.

5.4 A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

5.4.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.4.2 Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.

5.6 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, será observado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.6.1 Não incidindo a preferência referida no item **5.6**, ou persistindo o empate após o seu exercício, serão aplicados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver envio de lances após o início da etapa competitiva.

5.6.1.1 Os critérios de desempate a que alude o item **5.6.1** serão aplicados na seguinte ordem:

5.6.1.1.1 Disputa final, hipótese em que as(os) licitantes empatadas(os) poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.6.1.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio das(os) licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações.

5.6.1.1.2.1 Enquanto estiver pendente a regulamentação dos registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações, esse critério não será aplicado para estabelecer o resultado do certame.

5.6.1.1.3 Desenvolvimento pela(o) licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, consideradas, quando cabíveis, as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e da Lei nº 14.682/2023.

5.6.1.1.3.1 Para fins do disposto no item **5.6.1.1.3**, consideram-se ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

5.6.1.1.3.1.1 Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção da(o) licitante.

5.6.1.1.3.1.2 Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação.

5.6.1.1.3.1.3 Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens.

5.6.1.1.3.1.4 Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual.

5.6.1.1.3.1.5 Programas destinados à equidade de gênero e de raça.

5.6.1.1.3.1.6 Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

5.6.1.1.3.2 As ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho deverão ser comprovadas por meio da apresentação de documentos e evidências que demonstrem, objetivamente, sua realização, nos termos definidos pelos artigos 5º a 7º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025.

5.6.1.1.3.2.1 A classificação e a aferição das ações de equidade adotarão os parâmetros disciplinados na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025.

5.6.1.1.4 Desenvolvimento pela(o) licitante de programa de integridade, observados o Decreto nº 12.304/2024 e a Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 (especialmente o Capítulo III), ou normas supervenientes que os substituam.

5.6.1.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios de que tratam os subitens anteriores, será assegurada preferência, sucessivamente, no âmbito da Administração Pública Federal:

5.6.1.2.1 Às empresas brasileiras.

5.6.1.2.2 Às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

5.6.1.2.3 Às empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.6.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item **5.6.1**, será realizado sorteio eletrônico entre as propostas empatadas, no próprio sistema de compras governamentais.

CLÁUSULA SEXTA

DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 Será adotado, como critério inicial de desempate, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.

6.1.1 A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.

6.1.2 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.1.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.2.2 A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas(os) as(os) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item **6.1.2.2**.

6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.

6.3 A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4 Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, ou persistindo empate após o exercício do direito de preferência de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados os critérios de desempate, conforme detalhado no item **5.6.1** deste Instrumento.

6.5 O benefício mencionado nos itens anteriores estende-se às sociedades cooperativas (quando admitida sua participação), conforme o artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas(os) demais licitantes.

CLÁUSULA OITAVA
DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

8.1 A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da(s) **Planilha(s)** anexada(s) a este Instrumento, exclusivamente por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º).

8.1.1 **As(Os) licitantes devem informar os preços correspondentes a cada item do grupo (lote), tendo em vista a vigência de 60 (sessenta) meses.**

8.2 O envio de arquivos a que alude o item **8.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

8.3 Identificadas incorreções na proposta, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante para realização de ajustes, prorrogável na hipótese de acolhida a justificativa apresentada.

8.4 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) apresentado(s).

8.5 **Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a correspondente exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o).**

8.6 **Não será aceita a proposta que:**

8.6.1 Contiver vícios insanáveis.

8.6.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.6.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.6.4 Apresentar preço(s) unitário(s) superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência anexo a este instrumento, quando couber.

8.6.5 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.6.5.1 **É indício de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência adotado pelo TRE/SE para o certame.**

8.6.5.2 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, dará à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.7 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e estará sujeita(o) às sanções previstas neste Instrumento.

8.8 Se a proposta não for aceitável, ou se a(o) licitante não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

CLÁUSULA NONA
DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação das(os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

9.1.1 O envio de arquivos a que alude o item **9.1** somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Regularidade perante a Fazenda federal e a Fazenda municipal do domicílio ou sede da(o) licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.4 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.5 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Este procedimento licitatório dispensa critérios relativos à habilitação econômico-financeira.

9.4 **Para fins de habilitação técnica**, será exigida prova de registro da empresa ou da sociedade e da(o) responsável técnica(o) por ela indicada(o) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) a cuja jurisdição pertença (IN SEGES/MP nº 5/2017, anexo VI-A, item 9.1).

9.4.1 A(O) profissional indicada(o) pela(o) licitante deverá participar presencialmente da execução do serviço de manutenção, instalação e reinstalação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE/SE.

9.4.2 Para comprovação do vínculo da empresa com a(o) profissional por ela indicada(o), devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, deve-se apresentar, alternativamente:

9.4.2.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como Contratante.

9.4.1.1.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

9.4.1.1.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.4.1.1.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora(detentor) do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

9.4.1.1.5 Certidão do CREA ou do CRT em que conste a(o) profissional como responsável técnica(o).

9.4.7 As(Os) licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

9.4.8 O TRE/SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas.

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item **8.8**.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA ETAPA RECURSAL

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 **O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico (www.gov.br/compras)** e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **de 10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

- 10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.
- 10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 10.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 10.8 Será assegurado à(ao) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

- 11.1 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exaurido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s), quando existente(s), o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
 - 11.1.1 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
 - 11.1.2 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
 - 11.1.3 Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.
 - 11.1.3.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
 - 11.1.4 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.
 - 11.1.4.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
 - 11.1.4.2 Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação das(os) interessadas(os).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

- 12.1 Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 12.1.1 Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
 - 12.2 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.
 - 12.3 Por ocasião da assinatura do Contrato, será verificado, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.
 - 12.4 Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
 - 12.4.1 A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Contrato no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico **licitacoes@tre-se.jus.br**.
 - 13.1.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.
 - 13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará as(os) participantes e a Administração**.
 - 13.2.1 O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.
 - 13.2.2 A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Unidade Requisitante ou da Equipe de Planejamento da Contratação, quando for o caso.
 - 13.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
 - 13.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(penalidades em sede de processo licitatório)

- 14.1 **À(Ao) licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:
 - 14.1.1 **Impedimento de licitar e de contratar com a União**:
 - 14.1.1.1 **Por até 2 (dois) meses**, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
 - 14.1.1.2 **Por até 4 (quatro) meses**:
 - a) Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
 - a.1) O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
 - b) Quando não mantiver a proposta.
 - b.1) A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
 - 14.1.1.3 **Por até 12 (doze) meses**, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo instrumento contratual (Nota de Empenho ou Contrato).
 - 14.1.2 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**:
 - 14.1.2.1 Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
 - 14.1.2.2 Quando fraudar a licitação.
 - 14.1.2.3 Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.
 - 14.1.2.4 Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 14.1.2.5 Quando praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.
 - 14.2 Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
 - 14.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
 - 14.4 Para aplicação das sanções previstas deve ser instaurado processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(dois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
 - 14.4.1 **A intimação da(o) licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.
 - 14.5 A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.
 - 14.6 A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do seu recebimento.
 - 14.7 **A intimação da(o) licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.
 - 14.8 **Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá à comissão designada para esse fim e a tramitação ocorrerá nas seguintes unidades**:
 - 14.8.1 Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.
 - 14.8.2 Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.
 - 14.9 Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

- 15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 É facultada à(ao) licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário [1.211/2021](#) e [966/2022](#)).

16.1.1 O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, passível de prorrogação, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/1999.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](#)) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](#)) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensão e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação ([www.gov.br/compras](#)).

16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação, se houver, e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas do Objeto e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](#).

16.11 Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II - Especificações Técnicas do Objeto (ETO).

16.11.3 Anexo III - Modelo de Planilha de Proposta de Preços.

16.11.4 Anexo IV - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16.11.5 Anexo V - Termo de Ciência.

16.11.6 Anexo VI - Minuta de Contrato.

16.12 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](#)) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.

16.13 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico [https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos](#) (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

| | |
|---|--|
| I. DADOS DO PROCESSO | |
| 1.1 Processo administrativo SEI | |
| 0001612-19.2026.6.25.8000 | |
| 1.2 Objeto | |
| Contratação dos serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento do sistema de alarme, manutenção (preventiva e corretiva), desinstalação e reinstalação dos sistemas de alarme e dos sistemas de segurança e vigilância eletrônica (CFTV - circuito fechado de televisão). | |
| 1.3 Unidade(s) Demandante(s) (se houver) | |
| Não se aplica | |
| 1.4 Unidade Solicitante | |
| Responsável titular - Moyses Dantas Teixeira Responsável substituto - Levi Alves Mota | Unidade: NIS |
| 1.5 Unidade Técnica (se houver) | |
| Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS | |
| 1.6 Equipe de Planejamento da Contratação (se houver) | |
| Integrante Demandante: Não se aplica Titular - Substituto - | Unidade: — |
| Integrante Técnico (se houver): Não se aplica Titular - Substituto - | Unidade: — |
| Integrante Administrativo (se houver): Não se aplica Titular - Substituto - | Unidade: — |
| 1.7 Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar: | |
| Nome: Norival Navas Neto | Unidade: Diretor-Geral em substituição |
| 1.8 Fiscais Previamente Indicados (opcional): | |
| Fiscal Técnico: Titular - Moyses Dantas Teixeira Substituto - Levi Alves Mota | Unidade: NIS |
| Fiscal Administrativo: Não se Aplica Titular - Substituto - | Unidade: — |
| Fiscal Setorial: Não se aplica Titular - | Unidade: — |

| | |
|---|----------------|
| Substituto - | |
| Gestor do Contrato: Titular - Luciano José Andrade Melo Substituto - Designado por Portaria | Unidade: COSER |

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

1.1.1 Contratação dos serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento do sistema de alarme, manutenção (preventiva e corretiva), desinstalação e reinstalação dos sistemas de alarme e dos sistemas de segurança e vigilância eletrônica (CFTV - circuito fechado de televisão).

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2.1 Conforme tabela a seguir:

| GRUPO/LOTE | ITEM | CÓDIGO SIASG (catmat ou catser) | ESPECIFICAÇÃO | DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR DE REFERÊNCIA DO ITEM |
|------------|------|---------------------------------|--|--|---------|------------|-----------------------------|
| 1 | 1 | 01482-6 | INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / MONITORIZAÇÃO - SISTEMA ALARME / SEGURANÇA | Serviço de monitoramento eletrônico dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 21 locais. | MENSAL | 60 | R\$ 113.400,00 |
| | 2 | | | Serviço de manutenção preventiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almoxarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 720 | R\$ 186.000,00 |
| | 3 | | | Serviço de manutenção corretiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almoxarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 480 | R\$ 148.000,00 |
| | 4 | | | Serviço de desinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 20 | R\$ 12.400,00 |
| | 5 | | | Serviço de reinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 20 | R\$ 65.000,00 |
| | 6 | | | Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha. Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 400 | R\$ 106.000,00 |
| | 7 | | | Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha. Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 400 | R\$ 126.000,00 |
| | 8 | | | Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais: a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos]. b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos]. | UN | 180 | R\$ 72.000,00 |

| | | | | | | |
|---|---|--|--|----|-----|-----------------------|
| | | | O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | | | |
| | 9 | | Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais: a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos]. b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos]. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 180 | R\$ 90.000,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO (LOTE) | | | | | | R\$ 918.800,00 |

Tabela 1 - condições gerais da contratação.

1.3 ÁREAS TERRITORIAIS RELATIVAS AO OBJETO

| ÁREAS | EXTENSÃO | LOCAIS |
|-------|-------------------------------------|--|
| I | GRANDE ARACAJU | Fórum Aloísio de Abreu Lima e sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe / Cartório Eleitoral de Nossa Sra. do Socorro. |
| II | ATÉ 100 QUILÔMETROS DA CAPITAL | Boquim, Capela, Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Ribeirópolis, Estância, Umbaúba, Lagarto e Maruim. |
| III | ACIMA DE 100 QUILÔMETROS DA CAPITAL | Simão Dias, Carira, Porto da Folha, Gararu, Tobias Barreto, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Cristinápolis. |

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

2.1.1. A presente contratação objetiva promover a continuidade do serviço de monitoramento do sistema de alarme, manutenção (preventiva e corretiva), desinstalação e reinstalação dos sistemas de alarme e dos sistemas de segurança e vigilância eletrônica (CFTV - circuito fechado de televisão), com o regular funcionamento dos equipamentos de segurança instalados na sede do TRE/SE e nos cartórios eleitorais, haja vista o encerramento da contratação atual (contrato 5/2024) em 5 de maio de 2026.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.2.1 O objeto da contratação está previsto em Instrumento de planejamento deste Tribunal, conforme Plano de Contratações Anual 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 O serviço de monitoramento e manutenção de sistema de alarme e de manutenção de sistema de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) na sede do TRE/SE e em Zonas Eleitorais do Estado apresenta as seguintes características gerais:

- 3.1.1 Os equipamentos que serão beneficiados com o serviço em tela encontram-se instalados e em operação nos locais listados no item **1.2.1** deste Termo de Referência.
- 3.1.2 O serviço objeto da contratação é importante para a preservação da segurança de pessoas e das instalações do TRE/SE.
- 3.2 O serviço executado deverá atender as condições e requisitos estabelecidos nas Especificações Técnicas do Objeto - ETO e nos demais documentos que integram o Ato Convocatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 SUSTENTABILIDADE

- 4.1.1 Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste Instrumento e nos demais anexos ao Ato Convocatório.
- 4.1.2 Todos os critérios de sustentabilidade ambiental previstos respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre as(os) licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas do setor envolvido no objeto licitado.
- 4.1.3 As soluções de sustentabilidade devem alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo: compra de materiais com minimização de impactos; previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase de manutenção dos equipamentos e sua reutilização; uso ou disposição adequados.
- 4.1.4 A responsabilidade pelo licenciamento ambiental, **quando for o caso**, caberá ao TRE/SE (artigo 115, § 4º da Lei 14.133/2021).
- 4.1.5 A execução dos serviços deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
 - 4.1.5.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
 - 4.1.5.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando ao conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e da legislação correlata.

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 **Não será admitido subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.**

4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.4 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.4.1 Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.5 VISTORIA PRÉVIA

- 4.5.1 **NÃO É OBRIGATÓRIA** a avaliação prévia dos equipamentos e locais de execução do serviço, entretanto, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a(o) licitante PODERÁ realizar vistoria dos equipamentos e locais correspondentes.
- 4.5.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes às(aos) interessadas(os) em realizar a vistoria, devendo ser realizado agendamento prévio através do telefone (79) 3209-8762 e/ou do e-mail: nis@tre-se.jus.br.
- 4.5.3 Para a vistoria, a(o) representante legal da empresa ou a(o) responsável técnica(o) deverá estar devidamente identificada(o), apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.
 - 4.5.3.1 A(O) representante/responsável da empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 4.5.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos equipamentos e das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo a(o) CONTRATADA(O) assumir o ônus de sua omissão.

4.6 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.6.1 Não é admitida a participação de cooperativas neste certame, nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

4.7 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.7.1 Não é admitida a participação de interessadas(os) que se apresentem constituídas(os) sob a forma de consórcio, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8 PRAZO DE VIGÊNCIA SUPERIOR A 12 MESES

- 4.8.1 Espera-se com a contratação pelo período de **60 (sessenta) meses** a definição de um negócio economicamente mais vantajoso para o TRE/SE.
- 4.8.2 A vantagem econômica vislumbrada na contratação com duração inicial de **60 (sessenta) meses** decorre do fato de que quanto maior o prazo de vigência da contratação, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para a prestação dos serviços. Além disso, o período de vigência proposto justifica-se pela desoneração dos setores que integram a cadeia de aquisição e contratação de bens e serviços no âmbito deste Regional.

4.9 AFERIÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

4.9.1 Os serviços serão aferidos mediante a verificação das seguintes obrigações da CONTRATADA(O):

- 4.9.1.1 Manter em funcionamento, **24 horas por dia**, a sua central de monitoramento e enviar **mensalmente**, por meio digital, à Gestão/Fiscalização da Contratação, relatório de monitoramento de todos os locais monitorados.
- 4.9.1.2 Configurar o sistema para a sua central de monitoramento, incluindo a ligação à rede telefônica, ou à rede de dados, instalada no local.
- 4.9.1.3 Iniciar plenamente a prestação do serviço de monitoramento **em até 72 horas do início de vigência da contratação**.
- 4.9.1.4 Substituir, em até **2 (dois) dias úteis**, temporariamente, quaisquer das centrais de alarme e DVRs/NVRs, por outra de mesma característica, em caso de aparecimento de defeito, por um período de até **30 (trinta dias)** sem custos para o Tribunal.
- 4.9.1.5 Quando houver disparo de alarme no Fórum Aloísio de Abreu Lima (central dos cartórios eleitorais localizada na capital), a(o) CONTRATADA(O) deverá enviar pessoal próprio ao local para realização de inspeção.
- 4.9.1.5.1 Caso seja constatado qualquer indício de violação do imóvel, deverá comunicar imediatamente o fato à(ao) Agente de Fiscalização do Fórum.
- 4.9.1.5.2 O pessoal enviado para a realização da inspeção prevista no subitem **4.9.1.5** deverá, obrigatoriamente, possuir vínculo empregatício formal com a(o) CONTRATADA(O), devidamente comprovado mediante carteira de trabalho ou contrato de trabalho equivalente, sendo expressamente vedada a subcontratação, a utilização de trabalhadoras(es) autônomas(os) sem vínculo ou a delegação da atividade a terceiros não integrantes do quadro de pessoal permanente da empresa.
- 4.9.1.6 Para os Cartórios Eleitorais situados no interior do estado, referente ao item 1 (monitoramento dos sistemas de alarme), no caso de identificação de ocorrência, a empresa contratada deverá seguir o plano de contingenciamento que envolve a comunicação direta do fato à(ao) chefe do cartório e à(ao) fiscal do contrato, por ligação telefônica e mensagem de texto, e comunicar à força de segurança pública disponível no local.
- 4.9.1.7 Instruir as(os) operadoras(es) de monitoramento acerca dos procedimentos a serem adotados quando do registro de ocorrência durante o monitoramento e adotar, além desses procedimentos, rotinas próprias que visem eliminar riscos de falhas por parte da(o) operadora(operador).
- 4.9.1.8 Programar as centrais de alarme conforme orientação da Gestão/Fiscalização da Contratação, objetivando utilizar seus recursos para a proteção eficaz dos imóveis.
- 4.9.1.9 Manter arquivos das conversas realizadas pelas(os) operadoras(es) de monitoramento e dos números telefônicos contactados, quando houver necessidade de comunicação para relatar registro de ocorrências provenientes dos locais monitorados. Esses arquivos, durante a vigência da contratação, poderão ser solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação.
- 4.9.1.10 Manter segurança efetiva no ambiente utilizado para concentrar o sistema de monitoramento, objetivando resguardar o sigilo das informações contidas nos equipamentos e a inviolabilidade da área.
- 4.9.1.11 Informar à(ao) Gestora(Gestor) da Contratação, no início da vigência do Contrato, telefones e endereço eletrônico (e-mail) que deverão permanecer ativos, e nomes das(os) funcionárias(os) responsáveis pela recepção e encaminhamento das solicitações dos serviços de manutenção e monitoramento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 A execução dos serviços objeto da contratação deverá ser realizada diretamente pela(o) CONTRATADA(O), por intermédio de profissionais pertencentes ao seu quadro de pessoal, devidamente habilitadas(os), devidamente qualificadas(os) e aptas(os) para o exercício regular de tais atividades, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste Termo de Referência (e nos demais Anexos ao Ato Convocatório) e a legislação pertinente, bem como em observância às boas práticas operacionais, às normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, às normas internas da Instituição, entre outras.

5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

- 5.2.1 A contratação será firmada inicialmente com o prazo de vigência de **60 (sessenta) meses**, conforme informações constantes do Estudo Técnico Preliminar e consoante o permissivo do artigo 106 da Lei 14.133/2021.
- 5.2.2 A contratação poderá ser prorrogada por sucessivos períodos, limitada à vigência total de 10 (dez) anos, mediante formalização de TERMO ADITIVO, desde que sejam observados os requisitos/condições estabelecidos no artigo 107 da Lei 14.133/2021.
- 5.2.2.1 As condições e regras atinentes à prorrogação do prazo de contratação estão detalhadas no Instrumento Contratual.

5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE

- 5.3.1 Emitir Nota de Empenho e adotar as providências administrativas necessárias à formalização e ao regular início da contratação.
- 5.3.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).
- 5.3.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.
- 5.3.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.
- 5.3.5 Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento e no Termo de Contrato.
- 5.3.6 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail).
- 5.3.7 Assegurar o acesso às suas dependências das(os) profissionais incumbidas(os) do fornecimento/execução do objeto, desde que se apresentem devidamente identificadas(os) e que respeitem as normas internas de segurança e disciplina do TRE/SE.
- 5.3.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)).
- 5.3.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 5.3.9 Verificar a regularidade fiscal da(o) CONTRATADA(O), consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (artigo 91, § 4º, da Lei 14.133/2021).

5.4 OBRIGAÇÕES DA(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) E SUAS VEDAÇÕES

5.4.1 Durante a fase pré-contratual a(o) ADJUDICATÁRIA(O) /CONTRATADA(O) obriga-se a:

- 5.4.1.1 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.
- 5.4.1.2 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.2.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escrava(o), instituído pela Portaria Interministerial [MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024](#).

5.4.1.2.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18/2024 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores.

5.4.1.2.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

5.4.1.2.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e no Edital.
- 5.4.1.3 Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Termo de Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para fins de assinatura.
- 5.4.1.3.1 A(O)(s) representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).
- 5.4.1.4 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.4.1 Informar os canais formais de comunicação e de acionamento, no mínimo e-mail, telefone e WhatsApp corporativo, os quais deverão permanecer ativos durante toda a vigência contratual.
- 5.4.1.5 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Termo de Contrato.
- 5.4.1.5.1 Indicar, até a assinatura do Contrato, Preposta(o) para representá-la na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, fornecendo nome completo, telefone, endereço eletrônico e número de WhatsApp corporativo, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, sua substituição.
- 5.4.1.6 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Termo de Contrato.
- 5.4.1.7 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da Portaria PGFN n.º 819/2023.

5.4.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deverá atender as obrigações diretamente relacionadas à execução, no que couber:

5.4.2.1 Obrigações gerais:

- 5.4.2.1.1 Na hipótese de substituição da(o) Preposta(o), a(o) CONTRATADA(O) deverá comunicar formalmente o TRE/SE e apresentar, de imediato, os dados da(o) nova(o) representante, de modo a não haver descontinuidade na interlocução administrativa e operacional, sem prejuízo de, quando necessário, formalizar complementação documental no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.
- 5.4.2.1.2 Entregar/executar o objeto da contratação rigorosamente de acordo com este Edital, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 5.4.2.1.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado.
- 5.4.2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.
- 5.4.2.1.5 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 5.4.2.1.6 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual.
- 5.4.2.1.7 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/ Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (e-mail).
- 5.4.2.1.8 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/ Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação.

5.4.2.1.8.1 Os esclarecimentos solicitados deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, salvo se, em razão da complexidade da matéria, for fixado prazo diverso pela Gestão/ Fiscalização da Contratação.

- 5.4.2.1.9 Informar e manter atualizados endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para fins de recebimento de comunicações, notificações e demais expedientes relacionados à execução contratual.
- 5.4.2.1.10 Observar a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.
- 5.4.2.1.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da contratação e observar, no que couber, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas de ética e integridade do TRE/SE (Resolução TRE/SE nº 120/2015).
- 5.4.2.1.12 Assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e providenciar para que as(os) empregadas(os) diretamente vinculadas(os) à contratação firmem o Termo de Ciência, ambos anexos ao Ato Convocatório.
- 5.4.2.1.13 O acesso às dependências do TRE/SE ficará condicionado ao atendimento da exigência prevista no item **5.4.1.2.12**.
- 5.4.2.1.14 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Contrato.

5.4.2.2 Obrigações específicas:

- 5.4.2.2.1 Para além das obrigações indicadas no item **4.9** deste Instrumento, a(o) CONTRATADA(O) deve:
- 5.4.2.2.1.1 Apresentar, em até **30 (trinta) dias** contados da notificação que lhe será entregue com este fim, visto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de Sergipe, em conformidade com o que dispõem a Lei nº 5.194/1966 e o artigo 1º da Resolução CONFEA nº 413/1997, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.
- 5.4.2.2.1.2 Apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da apresentação do documento a que alude o item **5.4.2.2.1.1**, a ART registrada no CREA, devidamente paga e assinada, na qual conste a responsabilidade técnica pela execução dos serviços em nome da(o) profissional habilitada(o) a ser indicada(o) como responsável técnica(o) pelo acompanhamento e execução dos serviços.
- 5.4.2.2.1.3 Participar presencialmente da execução dos trabalhos de manutenção, instalação e reinstalação, por intermédio da(o) responsável técnica(o) indicada(o) para acompanhamento dos serviços, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo TRE/SE.
- 5.4.2.2.1.4 Comprovar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, vínculo empregatício da(o) responsável técnica(o) indicada(o) para acompanhamento dos serviços e também do pessoal enviado para a realização da inspeção prevista no item **4.9.1.5**, nos moldes definidos, respectivamente, no Ato Convocatório e neste Instrumento.

5.4.3 Vedações aplicáveis à(ao) CONTRATADA(O):

- 5.4.3.1 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento do TRE/SE, salvo nas hipóteses admitidas em lei.
- 5.4.3.2 Veicular publicidade, divulgar informações ou dar publicidade à prestação dos serviços ou à relação contratual mantida com o TRE/SE, sem prévia autorização da Administração.
- 5.4.3.3 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho ou o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TRE/SE, quando juridicamente cabível.
- 5.4.3.4 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE/SE.
- 5.4.3.5 Descumprir os canais formais de comunicação definidos na contratação, especialmente quando isso comprometer a fiscalização ou a apuração de responsabilidade.
- 5.4.3.6 Opor embaraço à FISCALIZAÇÃO, sonegar documentos, retardar resposta a notificações ou deixar de apresentar as evidências mínimas exigidas para pagamento.
- 5.4.3.7 Praticar ato lesivo à Administração Pública ou adotar conduta que viole as exigências de integridade, sustentabilidade social, observância da legislação trabalhista, proteção de direitos fundamentais ou demais deveres legais e contratuais aplicáveis à execução do objeto.
- 5.4.3.8 Permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.4.3.9 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, sua(seu) companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.5 TREINAMENTO

- 5.5.1 A contratação não requer que a(o) CONTRATADA(O) realize treinamento de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada mediante Contrato, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do artigo 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais Anexos ao Ato Convocatório.
- 6.1.2 A(O) adjudicatária(o) será convocada(o), preferencialmente por mensagem eletrônica, para assinar o Contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil seguinte ao envio da convocação ou da disponibilização do documento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- 6.1.2.1 A assinatura do instrumento contratual ocorrerá, preferencialmente, por meio eletrônico, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, devendo a(o)(s) representante(s) legal(is) da empresa adjudicatária providenciar, em tempo hábil, o respectivo cadastro para acesso ao sistema e assinatura digital, conforme orientações repassadas pela Seção de Contratos – SECON.
- 6.1.3 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.3.1 É vedado ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução contratual, inclusive em razão de alteração superveniente de titularidade no órgão ou unidade administrativa.
- 6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) serão realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, inclusive por e-mail ou aplicativo de mensagens, sempre que compatível com a natureza do ato.
- 6.1.5 As comunicações de atos processuais e administrativos serão realizadas por meio dos canais formais informados pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **5.4.2.1.9**, sem prejuízo de publicação na imprensa oficial, quando exigida em lei.
- 6.1.6 Após a assinatura do Contrato, o TRE/SE poderá convocar representante da(o) CONTRATADA(O) para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação das condições de execução e fiscalização contratual, abrangendo, entre outros aspectos, as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento, os fluxos de comunicação e acionamento e as sanções administrativas pertinentes.
- 6.1.7 O TRE/SE poderá, a qualquer tempo, convocar representante da(o) CONTRATADA(O) para prestar esclarecimentos, alinhar procedimentos ou adotar providências que devam ser cumpridas de forma imediata.

6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.2.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes do TRE/SE especialmente designadas(os) como *Agentes de Fiscalização*, ou por suas(seus) substitutas(os).
- 6.2.1.1 A FISCALIZAÇÃO será realizada por servidoras(es) lotadas(os) no **Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais do TRE/SE** (NIS), que atuarão em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento.
- 6.2.1.2 A GESTÃO (acompanhamento) da Contratação será realizada(o) pela(o) titular da **Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços** do TRE/SE (COSER), ou substituta(o) designada(o), que atuará em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento.
- 6.2.2 As(Os) servidoras(es) designadas(os) para o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual poderão, no âmbito de suas atribuições, determinar a correção de inconsistências, propor ajustes contratuais ou procedimentais e solicitar a instauração de processo administrativo para apuração de infrações e eventual aplicação das sanções cabíveis.
- 6.2.3 As(Os) Agentes de Fiscalização do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:
- 6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas.
- 6.2.3.2 Determinar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias à correção das irregularidades verificadas.
- 6.2.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.
- 6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital, na proposta da(o) CONTRATADA(O) e no Contrato.
- 6.2.3.5 Comunicar tempestivamente à autoridade competente as situações que demandem decisão ou providência que ultrapassem sua esfera de atuação.
- 6.2.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 6.2.3.7 Propor a abertura do procedimento administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, bem como colaborar com eventual instrução processual.

6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 6.3.1 O objeto contratual será recebido pelo TRE/SE, mediante avaliação da execução pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com a finalidade de verificar a conformidade do serviço prestado com as condições estabelecidas no Edital, bem como identificar eventuais pendências, irregularidades ou providências necessárias à sua regular aceitação.

6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 6.4.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos nos artigos 124 a 126 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

6.5 REPACTUAÇÃO/REAJUSTE CONTRATUAL

- 6.5.1 Na hipótese de decorrido **1 (um) ano** da data do orçamento estimado (conforme *DEMONSTRATIVO - PESQUISA DE PREÇOS - VALOR DE REFERÊNCIA*), poderá ser concedido reajuste de preços, tendo como limite a variação do IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, observada a compatibilidade dos preços finais com os praticados no mercado.
- 6.5.1.1 Caberá à(ao) CONTRATADA(O) solicitar o reajuste de preços ao CONTRATANTE, que se reserva o direito de analisar o pedido.
- 6.5.1.2 Os reajustes seguintes observarão a periodicidade de **1 (um) ano** contado do início dos efeitos financeiros do evento anterior.
- 6.5.1.3 Em caso de mudança na legislação quanto ao prazo de reajuste ou índice, serão adotados como substitutos aqueles definidos pelo Governo Federal.

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

- 6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita(o) a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021:**

- 6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.
- 6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 6.6.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.
- 6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.
- 6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.
- 6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.
- 6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:
- 6.6.2.1 Advertência.
- 6.6.2.2 Multa.
- 6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.
- 6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.6.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.6.3.2 As peculiaridades do caso concreto.
- 6.6.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 6.6.3.4 Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.
- 6.6.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.6.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

| Penalidade | Hipótese(s) de aplicabilidade | Observação | Competência para aplicação | Dosimetria |
|--|---|---|------------------------------------|--|
| Advertência | Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. | Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa. | Gestão/Fiscalização da Contratação | <div>Na aplicação das sanções serão considerados:</div> <div><div>A natureza e a gravidade da infração cometida.</div><div>As peculiaridades do caso concreto.</div><div>As circunstâncias agravantes ou atenuantes.</div><div>Os danos que dela provierem para o TRE/SE.</div><div>A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</div></div> |
| Multa | Todas aquelas previstas no item 6.6.1 deste Instrumento. | <div>1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</div> <div>2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</div> <div>3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 6.6.5.</div> | Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE | |
| Impedimento de licitar e contratar | <div><div>Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</div><div>Dar causa à inexecução total da contratação.</div><div>Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</div><div>Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.</div></div> | <div>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (artigo 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</div> <div>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</div> | Diretora(Diretor)-Geral do TRE/SE | |
| Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar | <div><div>Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.</div><div>Praticar ato fraudulento na execução da contratação.</div><div>Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.</div><div>Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013.</div></div> | <div>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:<div><div>Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</div><div>Dar causa à inexecução total da contratação.</div><div>Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</div><div>Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.</div></div></div> <div>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (artigo 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</div> <div>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</div> | Presidente do TRE/SE | |

Tabela 2 - sanções.

- 6.6.4.1 A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 6.6.5 As condutas irregulares sujeitas à **multa**, bem como respectivos percentuais, deverão observar o disposto na tabela abaixo:

| HIPÓTESE | INFRAÇÃO | PERCENTUAL MULTA | BASE DE CÁLCULO | OBSERVAÇÃO |
|----------|--|---|---|--|
| 1 | Deixar de fornecer o objeto no prazo estabelecido. | 1,0% (um por cento) por dia de atraso contado do termo final estabelecido para o respectivo fornecimento, até o limite de 20% (vinte por cento) . | Valor GLOBAL do item contratado. | Se o atraso para atendimento dessa exigência superar o intervalo de 20 (vinte) dias , a(o) CONTRATADA(O) incidirá na hipótese 2 desta tabela. |
| 2 | Atrasar por mais de 20 (vinte) dias o fornecimento do objeto contratado. | de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) . | Valor GLOBAL do item contratado. | O TRE/SE poderá declarar a inexecução total do objeto e rescindir a contratação se o atraso for superior a 20 (vinte) dias . |
| 3 | Recusar injustificadamente o cumprimento de determinação da Gestão da contratação. | 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência. | Valor GLOBAL do item contratado. | Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado. |
| 4 | Descumprir imotivadamente obrigação estabelecida neste Instrumento e no Contrato, após reincidência formalmente notificada pela Gestão da contratação. | 0,7% (sete décimos por cento), por evento contado da segunda ocorrência. | Valor GLOBAL do item contratado. | Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado. |

Tabela 3 - % multa.

6.6.6 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.7 As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 A contratação poderá ser extinta nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.2 No processo que visa à extinção da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a(o) CONTRATADA(O) terá o **prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação**, para apresentação de defesa prévia escrita e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6.8.2.1 A intimação para defesa prévia se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail) informado(s) pela(o) CONTRATADA(O) no momento de apresentação da correspondente proposta de preços e/ou cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento).

6.8.3 A competência para extinção da contratação é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

6.8.3.1 A intimação da decisão que determinar a extinção da contratação se dará por meio de publicação do correspondente extrato no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra do *decisum* por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento) e/ou fornecido(s) quando da apresentação da proposta de preços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 O primeiro pagamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os pagamentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

7.1.2 O valor mensal da execução dos serviços do **item 1** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 60 meses (período de vigência da contratação).

7.1.3 O valor dos serviços relativos ao **item 2** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 30 (quantidade de visitas para o período de vigência da contratação compreendendo todos os 24 locais / visitas bimestrais no período de 60 meses).

7.1.4 O valor dos serviços relativos aos **itens 6 e 8** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 20 (quantidade de visitas para o período de vigência da contratação compreendendo todos os 20 locais - visitas trimestrais no período de 60 meses).

7.1.5 Os pagamentos referentes aos **itens 3, 4, 5, 7 e 9** serão efetuados após a conclusão dos serviços de cada solicitação.

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento.

7.2.1.1 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item **7.2.1**, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

7.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC) ou por outra(o) servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

7.2.3 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

7.2.3.1 O prazo de que trata o item **7.2.3** será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

7.2.4 Para fins de liquidação, a(o) CONTRATADA(O) deve apresentar Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) com os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade.
- b) a data da emissão.
- c) os dados do Contrato e do CONTRATANTE.
- d) o período respectivo de execução do Contrato.
- e) o valor a pagar.
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TRE/SE.

7.2.5.1 Qualquer incorreção na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento, até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE/SE encargos financeiros adicionais.

7.2.5.2 Fica assegurado ao TRE/SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, especificações ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.2.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade **fiscal**, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei 14.133/2021](#).

7.2.7 Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a(o) Gestora(Gestor) deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.2.8.1 Na hipótese de irregularidades atinentes às condições de habilitação, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar documento/certidão válido(a) correspondente à situação com pendência no SICAF.

7.2.8.2 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRE/SE.

7.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRE/SE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.10 Persistindo a irregularidade, o TRE/SE avaliará a adoção de medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

7.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação.

7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

7.3.1.1 O primeiro pagamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação do serviço e o último dia desse mês, e os pagamentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

7.3.1.2 O prazo de que trata o item **7.3.1** será reduzido à metade, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#)

7.3.1.2.1 O prazo referido no item **7.3.1.2** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.2 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE/SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

7.3.2.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.3.2** não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.3.3 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

7.3.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.5.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de custos, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.6 A(O) CONTRATADA(O) regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7.3.6.1 Nesta hipótese, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.7 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais

7.3.8 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.3.9 Quando a prestação do serviço se sujeitar à incidência do ISS no Município de Aracaju, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador do serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora desse Município a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto nº 5.551/2017 (vide Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju).

7.3.9.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.3.9.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.3.10 O TRE/SE efetuará a retenção no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a(o) CONTRATADA(O) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, salvo por decisão judicial em contrário.

7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação NÃO permite a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. REGRAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 FORMA DE SELEÇÃO DA(O) FORNECEDORA(FORNECEDOR)

8.1.1 O serviço pretendido é oferecido por diversas(os) fornecedoras(es) e apresenta características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no artigo 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento licitatório se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO de fornecedoras(es), uma vez que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.1.3 Não será aplicada a margem de preferência prevista no art 26 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto 11.890/2024.

8.1.3.1 A Unidade Solicitante não identificou normativo emitido pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) disciplinando a aplicação de margem de preferência ao objeto desta contratação, conforme registrado no ETP.

8.1.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Ato Convocatório.

8.1.5 Os estatutos ou contratos sociais das(os) proponentes deverão ser pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O julgamento da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO (LOTE), observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.1.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este Instrumento e quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.2 A adjudicação do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **8.2.1**, observada a decisão do julgamento do certame.

8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos as especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço cabendo-lhes, na hipótese de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de **3 (três) dias** antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.2 Como condição de aceitabilidade da proposta, a(o) licitante deverá encaminhar a **proposta de preço**, observando os seguintes requisitos:

8.3.2.1 A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo disponibilizado à(ao) licitante.

8.3.2.1.1 O preço dos serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e de desinstalação/reinstalação deverá ser igual para os locais inseridos na mesma área territorial, conforme item **1.3** (ÁREAS TERRITORIAIS RELATIVAS AO OBJETO) deste Termo de Referência.

8.3.3 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente ao serviço, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e demais anexos do Ato Convocatório), independente de declaração expressa da(o) licitante.

8.3.4 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução contratual deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus.

8.3.5 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital, conforme critérios previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto 8.538/2015.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 Como condição de aceitabilidade de preço, a(o) licitante deverá encaminhar a proposta, observando os seguintes requisitos:

8.4.1.1 Apresentar os preços, expressos em moeda corrente nacional, contemplando todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à contratação.

8.4.1.2 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilha (modelo anexado ao Ato Convocatório), fazendo consignar os valores detalhados por item e o correspondente valor total.

8.4.1.3 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL DE CADA ITEM (valor de referência) indicado na Tabela do item **1.2.1** deste Instrumento.

8.4.2 Configura indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar VALOR INFERIOR A 50% (cinquenta por cento) do valor de referência, hipótese em que será realizada diligência para sua aferição (Súmula TCU 262 e artigo 34 da IN SEGES/ME 73/2022).

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 Habilitação jurídica ([art. 66](#), da Lei 14.133/2021)

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista ([art. 68](#), da Lei 14.133/2021)

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira ([art. 69](#), da Lei 14.133/2021):

8.5.3.1 Este procedimento de contratação dispensa critérios relativos à qualificação econômico-financeira.

8.5.4 Qualificação técnico-operacional ([art. 67](#), da Lei 14.133/2021).

8.5.4.1 Para fins de demonstração da qualificação técnico-operacional, a(o) licitante deverá apresentar:

8.5.4.1.1 Prova de registro da empresa ou da sociedade e da(o) responsável técnica(o) por ela indicada(o) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) a cuja jurisdição pertença (IN SEGES/MP nº 5/2017, anexo VI-A, item 9.1).

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação

8.5.5.1 O Ato Convocatório indicará, se necessário, condições adicionais previstas na legislação vigente aplicáveis a generalidade do(s) objeto(s) contratado(s) e que estão sujeitas à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação é definido pela Seção de Análise e Compras (SEACO), na Planilha de Custos e Formação de Preços, com base nas informações constantes deste Instrumento e do Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO - ETO.

9.2 O valor estimado da Contratação pode ser consultado no endereço <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Termo de Contrato e/ou da respectiva Nota de Empenho:

| | |
|--|---|
| UNIDADE | 070012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE |
| PROGRAMA DE TRABALHO _ AÇÃO ORÇAMENTÁRIA _ PTRES | 02.122.0033.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES 167686. |

| | |
|---------------------------------|--|
| PLANO INTERNO (PI) | IEF VIGELE. |
| GRUPO NATUREZA DE DESPESA (GND) | Outras Despesas Correntes. |
| ELEMENTO DE DESPESA | 3.3.9.0.39 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica). |
| SUBELEMENTOS ORÇAMENTÁRIA | DESPESA77 - VIGILÂNCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO17 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS |

Tabela 5 - detalhamento dos recursos orçamentários e classificação da despesa.

10.1.1 Os recursos destinados ao pagamento das despesas referentes ao presente exercício estão previstos na Lei Orçamentária Anual.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico *COMPRAS.GOV.BR* (<http://www.gov.br/compras>), a Lei 14.133/2021, a Lei 13.709/2018, o Decreto 11.246/2022 e a Resolução TRE/SE 120/2015.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pelo integrante demandante da Unidade Solicitante/Requisitante e validado pela Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços e pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

12.2 Na elaboração deste Instrumento, o integrante demandante atuou em estrita conformidade com as suas atribuições, sendo responsável pelos aspectos funcionais e técnicos da solução, bem como pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

1 DETALHAMENTO DO SERVIÇO

1.1 Informações acerca dos serviços nos sistemas de alarme:

1.1.1 As centrais de alarme são da marca Intelbras modelo AMT 2018 E3G.

1.1.2 Os endereços onde estão instalados os sistemas serão fornecidos quando do início da prestação dos serviços.

1.1.3 O preço mensal dos serviços de monitoramento deverá ser igual para todos os prédios, independente da localidade, uma vez que os serviços serão executados remotamente.

1.1.4 Eventual extensão dos serviços para outros imóveis da Justiça Eleitoral poderá ser realizada mediante aditamento, desde que haja interesse da Administração, observando-se os preços vigentes para as áreas indicadas no item **2** deste Instrumento.

1.1.5 Manutenção Preventiva - o serviço de manutenção preventiva consistirá em **REVISÃO BIMESTRAL (6 a cada ano)** dos sistemas (limpeza e ajuste de sensibilidade dos detectores, limpeza dos bornes e teste da bateria da central e testes de funcionamento de todo o sistema), em data e horário agendados, nos imóveis da capital, com a Gestão/Fiscalização da Contratação, e no interior do estado com a(o) Chefe de cada Cartório Eleitoral.

1.1.5.1 A primeira manutenção preventiva ocorrerá em até 30 dias da contratação e as seguintes ocorrerão 60 dias após a última manutenção.

1.1.5.2 Os insumos necessários para a execução dos serviços de limpeza e ajuste de sensibilidade dos detectores, limpeza dos bornes, teste da bateria da central e testes de funcionamento de todo o sistema serão de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O).

1.1.6 Manutenção Corretiva - o serviço de manutenção corretiva será realizado mediante solicitação da Gestão/Fiscalização da Contratação e deve ser atendido em até 24 (vinte e quatro) horas.

1.1.6.1 O serviço de manutenção corretiva consistirá na realização de:

1.1.6.1.1 reparos em todo o sistema de alarme, incluindo substituição do próprio sistema (central, cabos, bateria, sirene, detectores etc), programação, reposicionamento da central e seus acessórios por necessidade de adequação técnica, acréscimo ou eliminação de detectores e ligação do sistema a rede de dados.

1.1.6.1.2 reparos em todo o sistema de CFTV, incluindo substituição do próprio sistema (DVR, cabos, câmeras etc), programação, reposicionamento dos equipamentos e seus acessórios por necessidade de adequação técnica, acréscimo ou eliminação de câmeras.

1.1.6.2 O material utilizado na realização deste serviço será fornecida(o) pelo CONTRATANTE. Na hipótese de o CONTRATANTE não possuir o material necessário para a realização da manutenção corretiva, a(o) CONTRATADA(O) deverá substituir o material defeituoso, temporariamente, por outro de mesma característica, por um período de até 30 (trinta) dias, sem custos para o Tribunal.

1.1.6.3 Os insumos correspondentes aos serviços de limpeza e ajuste de sensibilidade dos detectores, limpeza dos bornes e teste da bateria da central e testes de funcionamento de todo o sistema, serão de responsabilidade da(o) CONTRATADA(O).

1.1.7 Monitoramento - O serviço de monitoramento eletrônico obriga a(o) CONTRATADA(O), através de sua central de monitoramento, a receber informações dos sistemas instalados nos locais mencionados na tabela abaixo, através da rede de dados, mediante protocolo **TCP/IP**, que, identificando violação do sistema fora do horário de funcionamento desses locais, adotará inicialmente os procedimentos de segurança padrão em operação do sistema, e posteriormente as orientações elaboradas e repassadas à empresa pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

| | |
|--------|---|
| LOCAIS | Serviço de monitoramento eletrônico dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D’Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinópolis. Total de 21 locais. |
|--------|---|

Tabela I - locais de monitoramento de alarme.

1.1.8 Para atender a demanda dos serviços referentes ao item **1.1.7** a(o) CONTRATADA(O) **deverá dispor de central de monitoramento que possa acessar remotamente as centrais de alarme e de operadoras(es) capacitadas(os) a operarem os equipamentos à distância.**

1.2 Informações Acerca dos Serviços nos Sistemas de CFTV:

1.2.1 Localização dos sistemas de segurança e de vigilância eletrônicos CFTV baseados na arquitetura analógica servidor/cliente:

| | |
|--------|--|
| LOCAIS | Cartórios Eleitorais do interior do estado, com sede nos seguintes municípios: Itaporanga D’Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinópolis, Tobias Barreto, Porto da Folha. Total de 20 (vinte) locais. |
|--------|--|

Tabela II - locais dos sistemas de CFTV analógicos.

1.2.1.1 Os servidores DVRs stand alone são responsáveis pela realização da gravação e pelo armazenamento das imagens e os clientes (estações de monitoramento) são responsáveis pela requisição dessas imagens aos operadores, pela sua visualização e pelo consequente monitoramento das áreas, tanto local quanto remotamente, por rede dedicada. O sistema é composto dos seguintes dispositivos principais:

| Item | Dispositivos | Quantidade |
|------|------------------------------------|------------|
| 1 | DVR HDCVI 3116 INTELBRAS C/ HD 4TB | 20 |
| 2 | CAMERA HDCVI INTELBRAS VHD 3120B | 120 |
| 3 | FONTE DE ALIMENTAÇÃO | 20 |
| 4 | NOBREAK 1400 VA | 20 |
| 5 | MONITOR | 20 |

Tabela III - equipamentos de CFTV analógicos.

1.2.2 Localização dos sistemas de segurança e de vigilância eletrônicos CFTV baseados na arquitetura digital servidor/cliente:

| | |
|--------|---|
| LOCAIS | Sede do TRE/SE e Fórum Aloísio de Abreu Lima. Total de 2 (dois) locais. |
|--------|---|

Tabela IV - locais dos sistemas de CFTV digitais.

1.2.2.1 Os servidores NVDs stand alone são responsáveis pela realização da gravação e pelo armazenamento das imagens e os clientes (estações de monitoramento) são responsáveis pela requisição dessas imagens aos operadores via DEFENSE IA, pela sua visualização e pelo consequente monitoramento das áreas, tanto local quanto remotamente, por rede dedicada. O sistema é composto dos seguintes dispositivos principais:

| Item | Dispositivos | Quantidade |
|------|---|------------|
| 1 | GRAVADOR DIGITAL DE VIDEO NVD 3316-PLUS | 09 |
| 2 | CAMERA DE TV IP BULLET VIP 1430 B G2 | 35 |
| 3 | CAMERA DE VIDEO IP BULLET VIP 7260 LPR IA FT G2 | 02 |
| 4 | CAMERA DE TV IP BULLET VIP 1230 B G3 | 39 |
| 5 | CAMERA DE TV IP BULLET VIP 1130 B G3 | 64 |
| 6 | MONITOR | 04 |

Tabela V - equipamentos de CFTV digitais.

1.2.3 **Manutenção Preventiva** - O serviço de manutenção preventiva consistirá em uma **VISITA TRIMESTRAL (4 a cada ano)**, previamente agendada com a Gestão/Fiscalização da Contratação, com o objetivo de promover a REVISÃO do sistema, compreendendo: realizar ajustes de foco, posicionamento das câmeras e limpeza das lentes; realizar limpeza das caixas de proteção das câmeras, inclusive da parte de vidro; realizar revisões e demais atos que se fizerem necessários para o adequado funcionamento do sistema, em todos os seus componentes, inclusive do software de gerenciamento; emitir relatório técnico acerca do estado de conservação e das condições de funcionamento dos equipamentos e instalações, recomendando a substituição de componentes, caso seja necessário; orientar as(os) servidoras(es) responsáveis pela segurança das Zonas Eleitorais e Sede do TRE/SE quanto a adequada operação do software de gerenciamento.

1.2.4 **Manutenção Corretiva** - O serviço de manutenção corretiva consistirá na realização de reparos em todo o sistema, incluindo desinstalação/reinstalação ou substituição de componentes; mudança de local dos equipamentos instalados; alteração do layout do sistema contemplando ampliação ou redução de componentes; realização de atualizações, configurações, testes e demais atos que se fizerem necessários para o adequado funcionamento do sistema, em todos os seus componentes, inclusive do software de gerenciamento. Em caso de substituição ou instalação de componente, o material utilizado na realização deste serviço será fornecido pela(o) CONTRATANTE. O serviço de manutenção corretiva deverá ser atendido pela empresa contratada **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contado da solicitação proveniente da Gestão/Fiscalização da Contratação.

1.2.5 Para efeito da realização das manutenções preventivas e corretivas, detalhadas nos itens **1.2.3** e **1.2.4**, os deslocamentos para os cartórios eleitorais localizados nos municípios do interior do estado correrão por conta da empresa contratada.

1.3 **Informações acerca dos serviços de instalação e reinstalação dos sistemas de segurança:**

1.3.1 Os serviços de instalação e reinstalação referem-se ao sistema de alarme e também ao sistema de CFTV.

1.3.2 A desinstalação e reinstalação de centrais dos sistemas de segurança ocorrerão quando necessário, em razão de mudança de endereço dos locais sob manutenção ou por interesse da Administração.

1.3.2.1 Estes serviços deverão ser realizados mediante solicitação da Gestão/Fiscalização da Contratação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do acionamento.

1.3.3 **Para efeito da realização das manutenções preventivas e corretivas e na hipótese de desinstalação e reinstalação dos sistemas de segurança, os deslocamentos correrão por conta da empresa contratada.**

2 **ÁREAS DE ABRANGÊNCIA**

2.1 O preço dos serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e de desinstalação/reinstalação, deverá ser igual para os locais inseridos na mesma área territorial, conforme áreas definidas a seguir:

| ÁREAS | EXTENSÃO | LOCAIS |
|-------|-------------------------------------|---|
| I | GRANDE ARACAJU | Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Fórum Aloísio de Abreu Lima e Cartório Eleitoral de Nossa Sra. do Socorro. |
| II | ATÉ 100 QUILÔMETROS DA CAPITAL | Boquim, Capela, Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Nossa Sra. das Dores, Aquidabã, Ribeirópolis, Estância, Umbaúba, Lagarto e Maruim. |
| III | ACIMA DE 100 QUILÔMETROS DA CAPITAL | Simão Dias, Carira, Porto da Folha, Gararu, Tobias Barreto, Canindé de São Francisco, Nossa Sra. da Glória e Cristinápolis. |

Tabela VI - Áreas de abrangência.

3 **QUADRO DE DISTÂNCIAS**

| | | | |
|--------------------------------|--------|-------------------------|--------|
| DISTÂNCIAS DE ARACAJU/SE PARA: | | | |
| BOQUIM | 79 Km | RIBEIRÓPOLIS | 73 Km |
| CAPELA | 66 Km | ESTÂNCIA | 66 Km |
| ITAPORANGA D'AJUDA | 29 Km | UMBAÚBA | 99 Km |
| SIMÃO DIAS | 101 Km | MARUIM | 27 Km |
| ITABAIANA | 51 Km | CARIRA | 108 Km |
| CAMPO DO BRITO | 60 Km | PORTO DA FOLHA | 183 Km |
| NOSSA SRA. DAS DORES | 68 Km | GARARU | 156 Km |
| AQUIDABÃ | 94 Km | TOBIAS BARRETO | 127 Km |
| LAGARTO | 76 Km | NOSSA SRA. DA GLÓRIA | 113 Km |
| CRISTINÁPOLIS | 115 KM | CANINDÉ DO S. FRANCISCO | 195 Km |

Tabela VII - Distância entre Aracaju e os municípios abrangidos pela contratação.

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

[O conteúdo deste documento corresponde àquele reproduzido na planilha eletrônica constante do Processo Administrativo SEI 0001612-19.2026.6.25.8000, doc. 1857739, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no [Portal da Transparência do TRE/SE](#) (pesquisar pelo número do Pregão)]

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA(O)**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º ou do CONTRATO N.º <nº da nota de empenho/contrato>**, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a(o) **CONTRATADA(O)** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela(o) CONTRATADA(O), no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelas(os) suas(seus) empregadas(os), a(o) CONTRATADA(O) venha a ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da(o) CONTRATADA(O);

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A(O) CONTRATADA(O) deverá firmar acordos por escrito com suas(seus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se por si, sua(seu) controladora(controlador), suas(seus) controladas(os), coligadas(os), representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiros pessoas eventualmente consultadas(os), suas(seus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à(ao) CONTRATADA(O), direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A(O) CONTRATADA(O), na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros pessoas;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da(o) CONTRATADA(O), terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na extinção do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a(o) CONTRATADA(O), estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a(o) CONTRATADA(O) manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da(o) CONTRATADA(O);

II – A(O) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O) não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O), serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas(seus) filiadas(os), nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

| CONTRATADA(O) | CONTRATANTE |
|--|--|
| <div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div> | <div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: xxxxxxxx</div></div> |
| TESTEMUNHAS | |
| <div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div> | <div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div> |

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidas(os) na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pelas(os) novas(os) empregadas(os) envolvidas(os) na execução dos serviços ou no fornecimento de bens contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

| | | | |
|-------------------------------|-----------------------------|--|------|
| IDENTIFICAÇÃO | | | |
| INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº | | | |
| OBJETO | | | |
| CONTRATADA(O) | < Nome da(o) CONTRATADA(O)> | | CNPJ |
| PREPOSTA(O) | | | |
| | | | |

| | | | |
|--------------------------------|--|-----------|--|
| GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO | | MATRÍCULA | |
|--------------------------------|--|-----------|--|

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este instrumento, as(os) funcionárias(os) abaixo identificadas(os) declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

| FUNCIONÁRIAS(OS) DA(O) CONTRATADA(O) | | |
|--------------------------------------|-----------|------------|
| Nome | Matrícula | Assinatura |
| | | |
| | | |
| | | |

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº ____/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, ESPECIFICAMENTE MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ALARME, MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA), DESINSTALAÇÃO E REINSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALARME E DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (CFTV - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO).

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CONTRATADA(O): _____, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(seu) (cargo), Senhora(Senhor) **(NOME COMPLETO)**, portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 9.507/2018 e 11.246/2022, da Resolução CNJ 347/2020, da Resolução TSE 23.702/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015 e das Instruções Normativas SEGES nº 5/2017 e nº 73/2022, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90008/2026**, processos SEI 0001612-19.2026.6.25.8000 e 0005003-79.2026.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Instrumento é a **prestação de serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento do sistema de alarme, manutenção (preventiva e corretiva), desinstalação e reinstalação dos sistemas de alarme e dos sistemas de segurança e vigilância eletrônica (CFTV - circuito fechado de televisão)**, conforme especificações definidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90008/2026** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.

1.2 Detalhamento do objeto e valor da contratação:

| GRUPO | ITEM | CÓDIGO SIASG (catmat ou catser) | ESPECIFICAÇÃO | DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR CONTRATADO |
|-------|------|---------------------------------|--|--|---------|------------|------------------|
| 1 | 1 | 01482-6 | INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / MONITORIZAÇÃO - SISTEMA ALARME / SEGURANÇA | Serviço de monitoramento eletrônico dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 21 locais. | MENSAL | 60 | R\$ |
| | 2 | | | Serviço de manutenção preventiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almojarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 720 | R\$ |
| | 3 | | | Serviço de manutenção corretiva dos sistemas de alarme instalados nos seguintes locais: a) Fórum Aloísio de Abreu Lima, Almojarifado do TRE/SE, e Depósito de Urnas do TRE/SE, Aracaju/SE; b) Cartórios Eleitorais sediados nos municípios de Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba e Cristinápolis. Total de 24 locais. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 480 | R\$ |
| | 4 | | | Serviço de desinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 20 | R\$ |
| | 5 | | | Serviço de reinstalação de sistemas de segurança (alarme e CFTV), em razão de mudança de endereço dos locais cobertos pela manutenção preventiva e corretiva, ou por interesse da Administração, no período de vigência da contratação, quando verificada a necessidade do serviço. Este serviço somente será executado e pago se houver solicitação formal da Gestão/Fiscalização da Contratação. O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O). | UN | 20 | R\$ |

| | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|----|-----|-----|
| | 6 | | | <p>Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D’Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira, Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha.</p> <p>Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos.</p> <p>O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O).</p> | UN | 400 | R\$ |
| | 7 | | | <p>Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado em 20 (vinte) locais, quais sejam: cartórios eleitorais do interior do estado, com sede nos municípios de Itaporanga D’Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Boquim, Umbaúba, Simão Dias, Carira,Gararu, Canindé, Nossa Senhora do Socorro, Aquidabã, Capela, Estância, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Cristinápolis, Tobias Barreto, Porto da Folha.</p> <p>Cada local conta com 1 (um) conjunto de equipamentos.</p> <p>O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O).</p> | UN | 400 | R\$ |
| | 8 | | | <p>Serviço de manutenção preventiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais:</p> <p>a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos].</p> <p>b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos].</p> <p>O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O).</p> | UN | 180 | R\$ |
| | 9 | | | <p>Serviço de manutenção corretiva do sistema de segurança e vigilância eletrônica (CFTV) instalado nos seguintes locais:</p> <p>a) Sede do TRE/SE [com 7 (sete) conjuntos de equipamentos].</p> <p>b) Fórum Aloísio de Abreu Lima [com 2 (dois) conjuntos de equipamentos].</p> <p>O custo de deslocamento para a execução deste serviço ficará a cargo da(o) CONTRATADA(O).</p> | UN | 180 | R\$ |
| VALOR TOTAL CONTRATADO PARA O GRUPO (LOTE) | | | | | | | R\$ |

1.2.1 O preço dos serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e de desinstalação/reinstalação deverá ser igual para os locais inseridos na mesma área territorial, conforme definição a seguir:

| ÁREA | EXTENSÃO | LOCALIDADE (Abrangência) |
|------|------------------------------------|---|
| I | GRANDE ARACAJU | Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Fórum Aloísio de Abreu Lima e Cartório Eleitoral de Nossa Sra. do Socorro |
| II | ATÉ 100 QUILOMETROS DA CAPITAL | Boquim, Capela, Itaporanga D'Ajuda, Itabaiana, Campo do Brito, Nossa Sra. das Dores, Aquidabã, Ribeirópolis, Estância, Umbaúba, Lagarto e Maruim. |
| III | ACIMA DE 100 QUILOMETROS DA CAPITA | Simão Dias, Carira, Porto da Folha, Gararu, Tobias Barreto, Canindé de São Francisco, Nossa Sra. da Glória e Cristinápolis |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

- 2.1 A contratação terá vigência de **60 (sessenta) meses**, com início em _____ e encerramento em _____.
- 2.2 O objeto desta contratação **poderá ser prorrogado** até o prazo limite estabelecido na legislação, por interesse das partes, mediante Termo Aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados:
- 2.2.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação do serviço tem natureza continuada.
- 2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que o serviço tenha sido prestado regularmente.
- 2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.
- 2.2.4 Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração.
- 2.2.5 Haja manifestação expressa da(o) CONTRATADA(O) informando o interesse na prorrogação.
- 2.2.6 Seja comprovado que a(o) CONTRATADA(O) mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3 A(O) CONTRATADA(O) não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 Antes de formalizar a prorrogação contratual, o TRE/SE deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) a fim de emitir e juntar ao processo as correspondentes certidões negativas em nome da(o) CONTRATADA(O).
- 2.5 Não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO

- 3.1 A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos itens 5 e 6 do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:
- a) Dinâmica de execução do objeto (item 5.1).
- b) Duração do Contrato (item 5.2).
- c) Obrigações do TRE/SE (item 5.3).
- d) Obrigações da(o) CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.4).
- e) Condições gerais da gestão (item 6.1).
- 3.2 As comunicações entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas a este Instrumento.
- 3.2.2 As **comunicações de atos processuais** serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada a e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

- 4.1 A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por representantes do TRE/SE especialmente designadas(os) e os procedimentos correspondentes estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.
- 4.2 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

| Id | Função | Responsável | Atribuições |
|----|-----------------------------|--|--|
| 1 | Gestora(Gestor) do Contrato | Servidora(servidor) da Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços (COSER) | Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente aos setores devidos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros. |
| 2 | Fiscal Técnica(o) | Servidora(servidor) do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais do TRE/SE (NIS) | Acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com o estipulado no ato convocatório, para efeito de pagamento, conforme o resultado, podendo ser auxiliada(o) pela fiscalização do público usuário. |
| 3 | Preposta(o) | Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O) | a) Acompanhar a execução do Contrato. |

- b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE.
- c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor total deste Contrato é de **R\$ XXXXX,XX** (xxxxxxxxx), conforme detalhado na tabela constante do item **1.2** deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 DA LIQUIDAÇÃO

6.1.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá entregar à Gestão/Fiscalização da Contratação, **até o dia 20 (vinte) do mês subsequente** ao da prestação do serviço, Nota Fiscal/Fatura do serviço, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e de pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária, no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

6.1.1.1 No caso de as Notas Fiscais/Faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item **6.1.1**, será imputado à(ao) CONTRATADA(O) o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

6.1.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela Fiscalização Contratual ou por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

6.1.2 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

6.1.2.1 O prazo de que trata o item **6.1.2** será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

6.1.3 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.1.3.1 O prazo de validade.

6.1.3.2 A data da emissão.

6.1.3.3 Os dados do Contrato e do CONTRATANTE.

6.1.3.4 O período respectivo de execução do Contrato.

6.1.3.5 O valor a pagar.

6.1.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.1.4.1 Qualquer incorreção na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento, até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE/SE encargos financeiros adicionais.

6.1.4.2 Fica assegurado ao TRE/SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, especificações ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

6.1.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.6 Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.1.6.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

6.1.6.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.1.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.1.7.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.1.7.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.8 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

6.1.9 Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.2 PRAZO DE PAGAMENTO

6.2.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

6.2.1.1 O prazo de que trata o item **6.2.1** será reduzido à metade, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

6.2.1.1.1 O prazo referido no item **6.2.1.1** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.2.1.2 A presente contratação **não** permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

6.2.2 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE/SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

6.2.2.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **6.2.2** não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

6.3 FORMA DE PAGAMENTO

6.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).

6.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.3 O primeiro pagamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação do serviço e o último dia desse mês, e os pagamentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

6.3.4 O valor mensal da execução dos serviços do **item 1** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 60 meses (período de vigência da contratação).

6.3.5 O valor dos serviços relativos ao **item 2** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 30 (quantidade de visitas para o período de vigência da contratação compreendendo todos os 24 locais / visitas bimestrais no período de 60 meses).

6.3.6 O valor dos serviços relativos aos **itens 6 e 8** corresponde à divisão do valor da contratação, para o item, por 20 (quantidade de visitas para o período de vigência da contratação compreendendo todos os 20 locais - visitas trimestrais no período de 60 meses).

6.3.7 Os pagamentos referentes aos **itens 3, 4, 5, 7 e 9** serão efetuados após a conclusão dos serviços de cada solicitação.

6.3.8 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

6.3.9 Quando a prestação do serviço se sujeitar à incidência do ISS no Município de Aracaju, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador do serviço, exigirá da(o) CONTRATADA(O) sediada(o) fora desse Município a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto nº 5.551/2017 (vide Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju).

6.3.9.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

6.3.9.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

6.3.10 Qualquer incorreção nas Faturas/Notas Fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

6.3.11 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

6.3.12 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.

6.4 DAS RETENÇÕES NA FONTE

6.4.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

6.4.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1 Não haverá reajuste antes de decorrido **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado da contratação.

7.1.1 Decorrido o prazo referido no item **7.1**, mediante requerimento da(o) CONTRATADA(O), os preços serão reajustados pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou índice que o substitua, incidindo exclusivamente sobre as parcelas executadas após a anualidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

8.1 As obrigações das partes, bem como suas vedações, estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens **5.3** e **5.4**), cumprindo destacar que:

8.1.1 A(O) CONTRATADA(O) e suas(seus) respectivas(os) empregadas(os) firmam o compromisso de assinar Termo de Confidencialidade [o *Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo* pela(o) CONTRATADA(O) e o *Termo de Ciência* por todas(os) as(os) suas(seus) empregadas(os) diretamente envolvidas(os) na contratação], condição para acesso às dependências do TRE/SE.

8.1.1.1 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência compõem este Instrumento.

8.1.2 A(O) CONTRATADA(O) deve apresentar à Gestão/Fiscalização da Contratação, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da apresentação do visto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de Sergipe, a ART registrada no CREA, devidamente paga e assinada, na qual conste a responsabilidade técnica pela execução dos serviços em nome da(o) profissional habilitada(o) a ser indicada(o) como responsável técnica(o) pelo acompanhamento e execução dos serviços.

8.1.3 A(O) CONTRATADA(O) deve participar presencialmente da execução dos trabalhos de manutenção, instalação e reinstalação, por intermédio da(o) responsável técnica(o) indicada(o) para acompanhamento dos serviços, admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo TRE/SE.

8.1.4 A(O) CONTRATADA(O) deve comprovar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, vínculo empregatício da(o) responsável técnica(o) indicada(o) para acompanhamento dos serviços e também do pessoal enviado para a realização da inspeção prevista no item **4.9.1.5** do Termo de Referência, nos moldes definidos no Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 A(O) CONTRATADA(O) protegerá os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

9.1.1 O tratamento de dados pessoais se faça de acordo com as bases legais previstas na Lei 13.709/2018, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados à(ao) titular.

9.1.2 O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais, utilizando-os em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

9.1.3 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução contratual, a mesma será realizada mediante prévia aprovação do TRE/SE e seguirá fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo Tribunal, responsabilizando-se a(o) CONTRATADA(O) por obter o consentimento das(os) titulares, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução da contratação e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

9.1.3.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TRE/SE será responsável por obter o consentimento das(os) titulares, observadas as demais condicionantes do item **9.1.3**.

9.1.3.2 O acesso aos dados pessoais coletados somente poderá ser concedido à pessoa previamente autorizada, que tenha estrita necessidade relacionada à contratação e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRE/SE, mediante solicitação.

9.1.4 Os dados pessoais coletados devem tramitar de forma segura entre a(o) emissora(emissor) e a(o) receptora(receptor), sendo protegidos, no mínimo, com uso de criptografia e senha.

9.1.4.1 O sistema ou repositório de armazenamento utilizado para guardar os dados coletados deve manter controle e registro de LOG dos acessos visando rastreabilidade, bem como seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação no âmbito do TRE/SE.

9.1.5 A qualquer tempo o TRE/SE poderá solicitar:

9.1.5.1 Apresentação de evidências e garantias suficientes de que a(o) CONTRATADA(O) aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação, os instrumentos contratuais e de compromissos.

9.1.5.2 Comprovação da manutenção dos registros de tratamento de dados pessoais realizados pela(o) CONTRATADA(O), com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica.

9.1.6 Encerrada a vigência da contratação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a(o) CONTRATADA(O) interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados e, em até **30 (trinta) dias**, sob instruções e na medida do determinado pelo TRE/SE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a(o) CONTRATADA(O) tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

9.1.7 A(O) CONTRATADA(O) dará conhecimento formal a suas(seus) empregadas(os) das obrigações e condições ora acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE/SE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente Cláusula.

9.1.8 O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à(ao) CONTRATADA(O) e Prepostas(os) – devida e formalmente instruídas(os) nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da presente contratação e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

9.1.9 A(O) CONTRATADA(O) permitirá a realização de auditorias, incluindo inspeções do TRE/SE ou de Auditoria Independente por ele autorizada, e disponibilizará todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas.

9.1.10 A(O) CONTRATADA(O) cooperará com o TRE/SE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos das(os) Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações de Órgãos de controle administrativo.

9.1.11 A(O) “Encarregada(o)” ou “DPO” da(o) CONTRATADA(O) manterá contato formal com a(o) Encarregada(o) do TRE/SE, em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

9.1.12 A critério da(o) Encarregada(o) de Dados do TRE/SE, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser provocada(o) a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerentes ao objeto desta contratação, no tocante a dados pessoais.

9.1.13 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sem prejuízo das demais penalidades contratualmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item **6.6** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

10.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3 **Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

10.3.1 Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

10.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.6 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

10.6.1 **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item **10.5** deste Instrumento.

10.6.2 **Suspensa:**

10.6.2.1 Pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.6.2.2 Por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos às(aos) suas(seus) administradoras(es) e sócias(os) com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

10.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a(o) CONTRATADA(O) possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

10.12 Da aplicação das sanções de **advertência**, **multa** e **impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

10.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item **6.6.4** do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

10.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

10.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pela unidade de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

10.15 **A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela(e) informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 3.2.2 deste Instrumento.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Dispensada na presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes CONTRATANTES.

12.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, **desde que haja a notificação** da(o) CONTRATADA(O) pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência.

12.1.2.1 Caso a notificação da não-continuidade do Contrato ocorra **com menos de 2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá **após 2 (dois) meses** da data da comunicação.

12.2 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

12.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

14.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (artigo 132 da Lei nº 14.133/2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.

14.5 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao artigo 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

16.1 A(O) CONTRATADA(O) indica _____, CI _____, SSP/____, CPF/MF _____, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da nota de empenho _____.

| | |
|------------------------|--|
| Programas de Trabalho: | 02.122.0033.20GP.0028 / Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Plano Orçamentário: 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa. PTRES: 167686. |
| Natureza da Despesa: | Outras Despesas Correntes. |
| Fonte de Recursos: | 1000 ou 1027. |
| Elemento de Despesa: | 3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. |
| Sublemento de Despesa: | 3.3.9.0.39.77 - Vigilância Ostensiva Monitorada/Rastreamento (Item 1). 3.3.9.0.39.17 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). |
| Planos Internos: | IEF VIGELE |

18.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO

19.1 Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/2026**, seus anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelas(os) representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)
[NOME DA(O) DESEMBARGADORA(DESEMBARGADOR)]
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)
[NOME DA(O) REPRESENTANTE]
(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, **Chefe de Seção Substituto**, em 02/07/2026, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1871330** e o código CRC **E1E4A3CF**.